

Como em todos os seus livros, aqui Gutierrez dedica a seu objeto uma abordagem peculiar, dificilmente previsível. Os referenciais cuja mistura garante tal singularidade são assumidos com transparência e didatismo. O resultado é uma contribuição relevante para o aprimoramento do ideário de um evangelicalismo conservador. Um achado tornado possível pela visão evangélica do autor, e que beneficiará precisamente a reflexão dos que, sem conhecê-la, especulam com medo o que pode significar a consolidação do evangelicalismo como força cultural no país. Quanto mais circularem considerações lúcidas como as que se fazem nesta obra, menos resistirão os motivos, hoje resilientes, para afinal temermos.

ANDRÉ GOMES QUIRINO

Editor e mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo

Poderia falar muitas coisas sobre o autor do livro que você tem em mãos, como, por exemplo, o fato de Gutierrez ser um jovem autor que tem desafiado estereótipos e que rapidamente conseguiu espaço no meio acadêmico, com livros excelentes, participação em *podcasts* de grande audiência e palestras por vários lugares deste Brasil (e fora dele), mas que nunca deixou “o chão da igreja”. Suas reflexões não são descoladas da realidade, e desde os tempos do *blog* Teologia Pentecostal (e de suas aulas na Escola Bíblica Dominical da igreja local) vêm influenciando uma geração de teólogos. Eu sou leitor de Gutierrez Siqueira. Convido você à leitura deste livro tão instigante para o tempo que estamos vivendo. Mesmo que se discorde do autor, trata-se de leitura necessária.

EDUARDO LEANDRO ALVES

Doutor em Teologia, diretor do CETAD-PB
e pastor na Assembleia de Deus em João Pessoa (PB)

O debate proposto por Siqueira em seu livro não é apenas urgente por estarmos prestes a nos tornar um país predominantemente evangélico. O debate também é enriquecedor porque é feito por alguém de dentro da igreja evangélica, com um conhecimento teórico e prático do pentecostalismo em toda a sua complexidade e com todos os seus paradoxos. Se temos alguma disposição em abrir um diálogo honesto e democrático a respeito dos limites e as interseções de religião e política, *Quem tem medo dos evangélicos?* é uma contribuição inestimável.

RICARDO ALEXANDRE

Jornalista e autor de *E a verdade os libertará*

O crescimento dos evangélicos no Brasil nos últimos anos tem gerado reações de diversos setores da sociedade, que vão do ufanismo ao medo. O talentoso escritor Gutierrez Siqueira se afasta desses dois extremos e mostra que o avanço do segmento evangélico no país, longe de ameaçar a democracia e a laicidade, é essencial para a pluralidade política e o fortalecimento dos ideais de bem comum, núcleos das sociedades democráticas. O presente livro é altamente relevante e de leitura indispensável, para religiosos ou não, pois oferece uma habilidosa crítica social interna e importantes *insights* para responder a uma das perguntas mais importantes e urgentes do cenário nacional, mas que ainda carece da devida atenção pública.

VALMIR NASCIMENTO MILOMEM SANTOS

Doutorando em Filosofia Política, mestre em Teologia,
jurista, escritor e pastor da Assembleia de Deus

Quem tem medo dos evangélicos?

Religião e democracia no Brasil de hoje

GUTIERRES FERNANDES
SIQUEIRA



MUNDO CRISTÃO

Copyright © 2022 por Gutierres Fernandes Siqueira

Os textos bíblicos foram extraídos da *Nova Versão Transformadora* (NVT), da Tyndale House Foundation, salvo as seguintes indicações: *Almeida Revista e Corrigida* (RC), *Nova Almeida Atualizada* (NAA) e *Nova Tradução na Linguagem de Hoje* (NTLH), da Sociedade Bíblica do Brasil; e *Nova Versão Internacional* (NVI), da Bíblia, Inc.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19/02/1998.

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios (eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação e outros), sem prévia autorização, por escrito, da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

S63q

Siqueira, Gutierres Fernandes-
Quem tem medo dos evangélicos? : religião e
democracia no Brasil de hoje / Gutierres Fernandes Siqueira.
- 1. ed. - São Paulo : Mundo Cristão, 2022.
128 p.

ISBN 978-65-5988-129-1

1. Cristianismo e sociedade. 2. Vida cristã.
3. Evangelicalismo. I. Título.

22-78244

CDD: 248.4
CDU: 27-584

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

Edição

Daniel Faria

Revisão

Natália Custódio

Produção e diagramação

Felipe Marques

Colaboração

Ana Luiza Ferreira

Marina Timm

Ricardo Shoji

Capa

Jonatas Belan

Publicado no Brasil com todos
os direitos reservados por:

Editora Mundo Cristão
Rua Antônio Carlos Tacconi, 69
São Paulo, SP, Brasil
CEP 04810-020
Telefone: (11) 2127-4147
www.mundocristao.com.br

Categoria: Cristianismo e sociedade
1ª edição: agosto de 2022

Dedico à minha avó, Maria Janete Fernandes (1935–2021),
uma legítima evangélica.

Sumário

<i>Prefácio</i>	9
<i>Agradecimentos</i>	13
<i>Introdução</i>	15
1. O que é ser evangélico	25
2. Entre o conservadorismo e o progressismo	45
3. O mito da nação cristã	61
4. O novo gnosticismo	83
5. Por que e como os evangélicos devem fazer política	99
<i>Conclusão: O legado evangélico</i>	117
<i>Sobre o autor</i>	127

Prefácio

Como os integrantes de uma nação democrática se comportam politicamente além das eleições? Com base nessa indagação, os professores Gabriel Almond e Sidney Verba desenvolveram uma ampla pesquisa sobre a cultura política nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México. Os resultados foram publicados na obra *The Civic Culture* [A cultura cívica], em 1963. Através de estatísticas, análises comparadas, observação de padrões comportamentais e ferramentas da psicologia social, os dois autores concluíram que existem três níveis de racionalidade e consciência política: o nível cognitivo envolve os conhecimentos e as crenças dos indivíduos sobre os diferentes objetos políticos; o nível afetivo engloba os sentimentos de ligação e envolvimento dos indivíduos em relação aos objetos políticos; e o nível avaliativo envolve a capacidade dos indivíduos de julgar criticamente os objetos políticos.

Além disso, a matriz analítica de Almond e Verba estabelece três tipos de cultura política. A primeira é a cultura política paroquial: nela o indivíduo não conhece o sistema político, ou seja, desconhece as formas de manifestação política, os órgãos burocráticos e seu papel como ator político, estando alienado e alheio ao funcionamento político. A segunda é a cultura política sujeita: nela o indivíduo conhece as possibilidades de participação política, os aparatos burocráticos e as regras do jogo, mas não entende a si próprio como ator político, tornando-se passivo, em condição de sujeição ao sistema

político. A terceira é a cultura política participativa: nela o indivíduo compreende integralmente o funcionamento do sistema político no qual está inserido, bem como a sua própria importância como ator político, o que gera uma cidadania ativa, atuante, participativa.

Essa matriz analítica proposta por Almond e Verba foi uma inovação importante para os estudos acadêmicos do fenômeno político, pois interrompeu a ênfase dos pesquisadores em geral sobre o ponto de vista institucional, demonstrando como poderiam ser produtivas as análises realizadas a partir do comportamento dos indivíduos. Após uma série de críticas, reavaliações e melhorias conceituais, o trabalho foi refinado na obra *The Civic Culture Revisited*, de 1980. A partir daí, autores como Ronald Inglehart, Larry Diamond e Robert Putnam desenvolveram novas linhas de pesquisa dando maior amplitude e profundidade ao campo da “cultura política”. As implicações atuais desses estudos revelam que as nações com índices superiores de desenvolvimento humano como Noruega, Suíça e Suécia apresentam, entre outras, as seguintes marcas: compromisso de longo prazo com as instituições democráticas, participação cívica nos assuntos públicos, igualdade política, existência de associações sociais e políticas, e índices superiores de solidariedade, tolerância e confiança interpessoal. São marcas a serem desenvolvidas pelas jovens democracias — como é o caso da brasileira.

Quem tem medo dos evangélicos? é um ensaio que procura investigar o impacto que os evangélicos causarão na cultura política brasileira. A obra resulta do esforço reflexivo de Gutierrez Fernandes Siqueira sobre um conjunto de questões pulsantes nas rodas de conversas brasileiras neste início de século 21: Por que os evangélicos não param de crescer numericamente?

Como será o Brasil de maioria evangélica? Que tipo de evangélico é o evangélico brasileiro? Observador atento e inquieto, Gutierrez absorve perguntas feitas na rua, na mídia, na universidade e nas redes sociais em geral e passa a examiná-las sobretudo à luz de conceitos acadêmicos, artefatos culturais, estatísticas censitárias e argumentos bíblico-teológicos de orientação evangélica. Como explicita em sua introdução, o autor apresenta suas ideias como evangélico que é, buscando amparo para seu raciocínio em autores como C. S. Lewis, John Stott, N. T. Wright e Miroslav Volf.

O ensaio parte do esclarecimento conceitual em torno do termo “evangélico”. Gutierrez tem uma escrita fluida e informa de modo didático e acessível as diferentes acepções que “evangélico” recebeu no curso dos séculos. Feitas as devidas delimitações semânticas, o ensaio prossegue com um combate em duas frentes. De um lado, Gutierrez combate o preconceito de não evangélicos com os evangélicos brasileiros. Afinal, os evangélicos são uma ameaça à ordem democrática? O autor argumenta que não: a tradição política brasileira era autoritária muito antes dos evangélicos. E ele está coberto de razão. É muito ingênuo colocar na conta desse grupo o viés autoritário do jogo político nacional. Obras simples como *Cidadania no Brasil*, de José Murilo de Carvalho, ou *Sobre o autoritarismo brasileiro*, de Lilia Schwarcz, são suficientes para informar-nos sobre a baixa tradição democrática do Brasil. Assim, Gutierrez é muito feliz ao afirmar que, se há uma inclinação antidemocrática em uma parcela dos evangélicos brasileiros, isso é porque são *brasileiros*, antes do fato de serem evangélicos. Em mais de quinhentos anos de formação do Estado administrativo brasileiro, apenas em poucas décadas prevaleceu o regime democrático.

De outro lado, Gutierres combate posturas, práticas e superstições que os evangélicos brasileiros sustentam. O autor expõe as inconsistências teóricas e práticas em reduzir o evangelho às teses contemporâneas conservadoras ou progressistas, e faz um ataque frontal à irracionalidade e cafonice de teorias da conspiração que ganham espaço na comunidade evangélica. Nesse campo, *Quem tem medo dos evangélicos?* entrega páginas preciosas: Gutierres Siqueira arrebenta o mito da “nação cristã” mostrando que a cidadania cristã não pertence a esta terra.

No meio da pandemia covídica, tive a alegria de conversar em uma *live* com o Gutierres sobre teologia pública e presença evangélica na cultura brasileira. Agora, na apresentação desta obra, publicada com esmero pela Editora Mundo Cristão, repito aqui o que afirmamos lá: compromisso com o Brasil exige compromisso com a fraternidade social. Sem a articulação de um discurso político decente, que parta de uma noção clara de bem comum, os supostos “projetos de nação” papagueados nas salas políticas não passam de bravatas para agradar grupelhos partidários ensimesmados. Nenhuma nação prospera com bases sociais tão divididas. A lição é básica: são os elementos comuns que fundam a possibilidade da convivência e do desenvolvimento.

DAVI LAGO

Mestre em Teoria do Direito

e autor de *Brasil polifônico* e *Ame o seu próximo*

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de escrever mais um livro. Agradeço, também, ao meu grande amigo André Gomes Quirino, que fez preciosas críticas e sugestões, das quais muitas foram acatadas. Ao ler as observações sobre problemas do texto me lembrei da passagem bíblica em Provérbios 27.5: “É melhor a crítica franca do que o amor sem franqueza” (NTLH). Agradeço ao Daniel Faria, editor da Mundo Cristão, pela eficiência e acompanhamento na construção do livro. Agradeço ao amigo Davi Lago pela generosidade do prefácio. E, por fim, agradeço a você, leitor, que é a razão do nosso trabalho.

Introdução

Este livro nasceu de uma inquietação. Em 2007, quando eu ainda estava no primeiro ano da faculdade de jornalismo, minha professora de filosofia sussurrou com ar de gravidade que a democracia brasileira corria um grande risco, a saber, a ascensão dos evangélicos no Congresso Nacional. À época eu tinha 18 anos e não nutria nenhuma simpatia pela assim chamada “bancada evangélica” (nem nutro hoje), mas o tom alarmista da professora me incomodou. Naquele momento levantei a mão, identifiquei-me como evangélico e perguntei por que razão a docente nos enxergava como um risco à democracia brasileira. A professora desconversou e disse que havia “evangélicos e evangélicos”, mudando de assunto logo em seguida.

Não escrevo esse breve relato para demonizar a instituição universitária como uma espécie de “comitê de perseguição contra o cristianismo evangélico”. Certamente é exagero cômico falar em perseguição religiosa aos evangélicos no Brasil. Somos um dos países com maior liberdade de culto do mundo. Infelizmente, porém, é inegável o preconceito que parte da elite pensante brasileira nutre contra esse grupo. Perseguição não existe, mas o preconceito é evidente e está fora do escopo das pautas identitárias — muito embora os evangélicos sejam “pretos, pobres, mulatos e quase brancos”, para citar a expressão imortalizada na música “Haiti”, de Caetano Veloso e Gilberto Gil.

Colocar sobre os evangélicos a culpa pela qualidade deteriorada da democracia brasileira contemporânea é grande injustiça. Esse é um dos eixos deste livro. O Brasil tem uma longa tradição autoritária, e essa tradição não nasceu com os evangélicos. Colonização (1500–1808), escravidão (1550–1888), ditadura do Estado Novo (1937–1945) e ditadura do Regime Militar (1964–1985), entre outros momentos pontuais, mostram a força histórica do autoritarismo em nossa pátria. O Brasil já teve sete constituições desde a Independência (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988), ou seja, sete novos pactos nacionais depois de períodos de crise e ruptura. Olhando em perspectiva histórica, a democracia no Brasil é uma anormalidade. Minha tese é ousada, mas acredito que o crescimento evangélico tende a melhorar a democracia brasileira — mais pelos vícios dos evangélicos do que por sua capacidade de conscientização política.

Um ponto esquecido na histeria do debate sobre os evangélicos no poder é que tudo no Brasil passa pela mediação do Estado. “Fora do poder não há salvação”, dizia o político mineiro Benedito Valadares, em frase que resume bem o Brasil. Nada escapa do Estado pela sedução do poder político: intelectuais, artistas, sindicalistas, empresários e, também, líderes religiosos. De modo geral, o grande empresário não deseja livre mercado, mas sim a proteção do Estado para seu monopólio ou o financiamento público de seu jatinho. O intelectual quer estabilidade no emprego garantida pelo Estado, nem que para isso se torne um pensador orgânico, um porta-voz do poder. O sindicalista almeja o financiamento estatal de suas atividades. O sociólogo Simon Schwartzman resume esse quadro: “O Brasil nunca teve uma nobreza digna deste nome, a Igreja foi quase sempre submissa ao poder civil, os ricos geralmente

deponderam dos favores do Estado e os pobres, de sua magnanimidade".¹ Todos sugam e são sugados pelo Estado. Por que alguém imaginaria que as lideranças religiosas escapariam dessa lógica? Em um país onde o Estado permeia todas as relações sociais, a neutralidade do Estado é quase uma utopia. Outro eixo deste livro, portanto, é que os evangélicos tomam parte no patrimonialismo e na baixa cultura democrática, mas não são os pais da criança.

Antes de avançarmos no tema propriamente, vejo a necessidade de esclarecer alguns pontos:

- Este livro é escrito por um evangélico — um evangélico pentecostal. Durante parte da infância frequentei com minha mãe algumas missas do catolicismo carismático na Diocese de Santo Amaro, na capital paulista. Minha conversão ao movimento evangélico aconteceu numa Igreja Assembleia de Deus ainda na adolescência, quando morei durante quatro anos em uma pequena cidade interiorana de 14 mil habitantes chamada Fortuna, na região central do Maranhão, o estado mais pobre do Brasil. Ao voltar para a capital paulista depois dessa temporada no Nordeste, passei a frequentar como membro uma pequena congregação da mesma denominação no distrito do Grajaú, bairro de periferia da Zona Sul de São Paulo, e lá fiquei durante doze anos. Hoje estou numa Assembleia de Deus no Butantã, bairro de classe média da Zona Oeste da capital paulista. Acredito que minha experiência no interior do Nordeste, assim como

¹Simon Schwartzman, *Bases do autoritarismo brasileiro*, 4ª ed. (Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007), p. 11.

no ambiente urbano periférico e de classe média de São Paulo, me ajudou (e me ajuda) a ter uma visão ampliada do povo evangélico, e pentecostal em particular.

- Esta não é uma obra acadêmica, embora dialogue com teorias acadêmicas. O que o leitor tem em mãos é um ensaio. Cabe ressaltar, porém, que embora seja um ensaio opinativo, não é uma opinião sem lastro teórico. Como texto ensaístico, naturalmente não pretendo esgotar o assunto. Evitarei ao máximo citações de outros autores, ainda que indique, quando necessário, as fontes de minhas teses. O livro usará dados de pesquisas de institutos respeitados e reconhecidos na academia e na imprensa, e os dados bibliográficos estarão disponíveis para consulta nas notas de rodapé. Com isso quero evitar a crítica apressada de que o livro é baseado em achismos e teorias exóticas do autor. De todo modo, obviamente, tudo o que escrevo está sujeito ao escrutínio do leitor leigo e do leitor acadêmico.
- Não sou sociólogo nem cientista da religião. Sou jornalista de formação e teólogo de especialização. Outro campo de especialização que tenho é em economia e finanças — área que influencia uma das teses centrais do livro. Os jornalistas são generalistas por natureza, além de tradutores da linguagem técnica e acadêmica para o leitor comum. Todavia, como diz o ditado italiano, o tradutor é um traidor. Reconheço meus limites, mas espero contribuir com o debate público. Aos acadêmicos, normalmente intolerantes com gente atrevida como eu, já peço mil escusas.
- Este livro pode e deve ser lido tanto pelo público evangélico como pelo público não evangélico. Os evangélicos

entenderão as implicações políticas e sociológicas de sua manifestação de fé e lerão uma reflexão bíblico-teológica sobre o papel público dos evangélicos, enquanto os não evangélicos terão a oportunidade de entender um pouco desse universo complexo da religiosidade brasileira.

- O livro tem dois tons: descritivo e exortativo. Em alguns momentos faço uma descrição do mundo evangélico e explico como esse mundo funciona. A descrição não é nem endosso nem crítica, mas procura ser apenas e tão somente o desenho dos fatos. Em outros momentos, meu tom é de exortação, como um encorajamento para mudanças. Caso o leitor busque neste livro uma defesa cega dos evangélicos ou um ressentimento antirreligioso contra esse grupo, é melhor nem continuar a leitura. O livro dança entre a crítica e a defesa apaixonada.

No decorrer do texto, algumas teses centrais que permeiam o livro se destacarão:

- Os evangélicos não podem ser tratados como cidadãos de segunda classe. Os evangélicos podem e devem se envolver no ambiente político e nas entranhas do Estado. Afinal, são também cidadãos pagantes de impostos a César. Tolher direitos políticos com base em preconceito de crença religiosa é anticonstitucional, antidemocrático, antiliberal e, naturalmente, fere os direitos humanos mais básicos.
- Os evangélicos não são objeto de perseguição no Brasil. O país desfruta de uma rica liberdade religiosa. Mas o preconceito da elite cultural contra o evangélico é inegável — e parte desse preconceito se assemelha ao velho

preconceito de classe social, já que os evangélicos são majoritariamente pobres e periféricos. O preconceito, também, é parte do velho ranço racionalista contra a religião, resultado do positivismo que esteve presente na formação das elites brasileiras.

- Os evangélicos não são uma ameaça direta ao Estado democrático de direito porque apresentam demandas sociais — além de virtudes e vícios — bastante alinhadas às da população brasileira geral. Se os evangélicos apoiam o autoritarismo e demonstram uma cultura democrática fraca, assim o fazem não porque são evangélicos, mas porque são brasileiros. Sob as atuais condições institucionais, a democracia brasileira estaria em risco mesmo se toda a população evangélica fosse arrebatada para o céu da noite para o dia.
- O crescimento evangélico não tornará o Brasil um “*Talibã gospel*”. Os evangélicos são fragmentados, divididos e concorrentes uns dos outros — e sem um poder central não existe regime totalitário. Os evangélicos disputam entre si, e a concorrência ajuda em seu crescimento de mercado, embora a união cada vez maior com o Estado tenda, no longo prazo, a travar esse crescimento e até diminuí-lo. Todo nicho de mercado que recebe proteção do Estado perde dinamismo no decorrer do tempo. Apesar da aparente unidade em temas sociais — como a oposição ao aborto, por exemplo — cada grupo evangélico tem seu próprio projeto de poder que, uma hora ou outra, conflitará com seus pares religiosos.
- Quem pensa que o crescimento evangélico produzirá uma cultura puritana anglo-saxã no Brasil não conhece nada do evangélico brasileiro. Por exemplo, embora no